

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009599-21.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
Requerente: **Angelina Aparecida Costa**
Requerido: **Casas Bahia - Via Varejo S/A e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido junto à primeira ré um aparelho de telefonia celular, indagando então se havia algum plano de seguro para a cobertura de roubo/furto do bem.

Alegou ainda que obteve resposta positiva, sem maiores informações, e que contratou o seguro pertinente em face da segunda ré.

Salientou que na vigência desse ajuste o objeto lhe foi furtado, mas houve negativa para o pagamento da indenização devida porque a situação atinou a furto simples.

Assim, tomando em conta essa postura e a circunstância de não mais ter o telefone, almeja à rescisão do contrato e à devolução do valor pago a esse título.

A preliminar arguida pela primeira ré em contestação não merece acolhimento.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Com efeito, sua legitimidade passiva *ad causam* encontra amparo no art. 18 do CDC, o qual dispõe sobre a solidariedade entre todos os participantes da cadeia de produção (ressalvo inclusive que a contratação do seguro aconteceu em seu estabelecimento e por intermédio de seu funcionário).

Oportuno trazer à colação o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:

“O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a ‘fornecedor’ está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção.

E esses fornecedores, diz a norma, respondem ‘solidariamente’. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).

Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).

Essa orientação aplica-se ao caso dos autos e por esse motivo rejeito a prejudicial suscitada.

No mérito, todavia, a pretensão deduzida não vinga.

A celebração do contrato de seguro não se revestiu de vício a maculá-lo e o fato do aparelho segurado ter sido subtraído por si só não projeta efeitos sobre ele a ponto de conduzir à sua rescisão.

Por outras palavras, se as partes convencionaram o seguro ele deverá ter a sua eficácia mantida até o final previsto sem que se pudesse cogitar da interrupção postulada.

Ressalvo, por oportuno, que aqui não se está a avaliar a negativa da cobertura pelo furto noticiado pela autora.

Ao contrário, muito embora a sua validade possa ser questionada em tese porque pelo relato de fl. 01 a autora – que ao que consta não possui conhecimento jurídico específico à compreensão da diferença entre furto simples e qualificado – não foi devidamente informada das condições em que aconteceria tal cobertura, isso não tem o condão de legitimar a rescisão do instrumento.

Significa dizer que a autora poderá se desejar promover nova ação para ser ressarcida do valor do aparelho segurado e até por isso a permanência do contrato lhe seria interessante.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

De qualquer modo, reitero que a situação posta não transparece bastante para levar à solução preconizada pela autora.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 16 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**